



ATA Nº 22

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 22 DE OUTUBRO DE 2018

PRESIDÊNCIA: Tibério Manuel Faria Dinis. -----

VEREADORES PRESENTES: Carlos Armando Ormonde da Costa, Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde, Rui Fernandes Nobre de Castro, em substituição de Raquel Lemos Borges, Maria Nélia Brito Nunes, em substituição de Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos, Tiago Manuel da Silva Borges, em substituição de Cláudia Fagundes Martins e Rui Miguel Mendes Espínola. -----

FALTAS JUSTIFICADAS: Raquel Lemos Borges, Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos e Cláudia Fagundes Martins. -----

HORA DE ABERTURA: 18H00M -----

----- Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, no Salão de Festas de Santa Luzia, sito no lugar de Santa Luzia, freguesia de Santa Cruz, reuniu a Câmara Municipal da Praia da Vitória, sob a Presidência de Tibério Manuel Faria Dinis, estando presentes os Vereadores Carlos Armando Ormonde da Costa, Tiago Lúcio Borges de Meneses Ormonde, Rui Fernandes Nobre de Castro, em substituição de Raquel Lemos Borges, Maria Nélia Brito Nunes, em substituição de Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos, Tiago Manuel da Silva Borges, em substituição de Cláudia Fagundes Martins e Rui Miguel Mendes Espínola. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria da Conceição Leal de Lima, Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica. -----

----- E sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver “quórum” para o funcionamento do Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Excelentíssimo senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- De seguida o Executivo deliberou, por votação secreta, considerar justificadas as faltas de comparecimento à reunião. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO



----- Ao dar início aos trabalhos e sendo esta a reunião pública mensal da Câmara, nos termos do disposto no artigo 14.º do Regimento da Câmara Municipal, o senhor Presidente, no âmbito da presidência aberta à freguesia de Santa Cruz, perguntou se alguém tinha alguma questão a colocar à Câmara. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, António Borges, interveio congratulando a iniciativa da Câmara em reunir nas freguesias do Concelho. ---

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- Ao dar início aos trabalhos o senhor Presidente destacou que, no âmbito da visita a Santa Luzia, freguesia de Santa Cruz, o executivo teve a tarde toda preenchida com audiências, sendo que as questões apresentadas foram, essencialmente, referentes a situações habitacionais ilegais e por regularizar, principalmente da zona de Santa Rita e de processos que não fazem parte do Bairro Americano. -----

----- Salientou também outro processo que já vem sendo trabalhado, há algum tempo, mas em relação ao qual se pretende dar uma nova dinâmica, ou seja, a zona do Posto Um, bem como outras casas que estão dispersas pela Serra de Santa Rita que não estão legalizadas. -----

----- Quanto ao processo da zona do Posto Um, referiu que é um caso complexo, como o do Bairro Americano, em Santa Rita e como o caso das Pedreiras, o qual foi iniciado há tempos atrás, sendo que o objetivo, até ao final do ano de dois mil e dezanove, é ter efetuado o levantamento total em termos de documentação, identificação dos moradores e proprietários dos terrenos. -----

----- Deu ainda conhecimento da audiência com a direção do Salão de Santa Luzia, relativamente a melhoramentos, investimentos e apoio ao Salão. -----

----- Para além destas questões disse que, no âmbito da reunião com a Junta de Freguesia de Santa Cruz e do conjunto alargado de situações tratadas, resultou que as mesmas se relacionavam principalmente com situações de pequena e média intervenção, tendo sido sinalizado o ponto de situação de cada uma delas. -----

----- Salientou também que um dos processos relevantes que a Junta de Freguesia de Santa Cruz tem pendente é o referente ao centro funerário de Santa Cruz, obra essa que está em fase final, prevendo-se que este ano seja inaugurada. -----

----- De seguida deu a palavra aos Vereadores para eventuais intervenções. -----

----- O Vereador Rui Espínola agradeceu a receção em Santa Cruz, designadamente no curato de Santa Luzia, no âmbito do périplo de visitas às freguesias do Concelho. -----

----- Relativamente aos processos de habitações ilegais, o Vereador Rui Espínola questionou se a Câmara tem conhecimento do número de casos de habitações ilegais existente na freguesia de Santa Cruz, considerando que este é o caso mais grave, tendo o senhor Presidente respondido que não é fácil contabilizar todos esses casos e que, por



exemplo, os casos abordados no âmbito desta visita a Santa Luzia, são situações isoladas, que se encontram na esfera da ordem privada, mas também são situações mais simples, na medida em que um terreno corresponde a uma habitação, o que facilita a resolução.-----

----- Quanto às grandes áreas, o senhor Presidente esclareceu que, na globalidade, estão todas identificadas, podendo existir, eventualmente, um terreno ou outro, que tenha mais do que uma casa, mas que também se consegue resolver. -----

----- Prosseguiu dizendo que o caso do Posto Um é um processo mais complexo e que, a confirmarem-se os dados transmitidos, será um processo do ponto de vista administrativo e jurídico, bastante difícil. -----

----- O Vereador Rui Espínola perguntou qual é o apoio que a Câmara vai atribuir a estes casos em particular, ou seja, com a aquisição do terreno, se será apoio jurídico, entre outros, ao que o senhor Presidente respondeu que o tipo de apoio dependerá de muitas circunstâncias, designadamente da existência, ou não, de litígio. -----

----- No que se refere à situação do Posto Um, o senhor Presidente referiu que, pelo que foi transmitido, também já não pagam rendas, à semelhança da situação de Santa Rita e desde que se colocou uma questão legal sobre os recibos mas, no entanto, não existe qualquer processo em Tribunal. -----

----- Ainda sobre esta matéria referiu que, nesta altura, não é possível saber se, quando o processo se iniciar, irá dar origem a qualquer litígio, porque isso vai depender de várias circunstâncias mas, caso cheguem a acordo, será um processo idêntico ao das Pedreiras e de fácil resolução. -----

----- O Vereador Rui Espínola questionou se a Câmara vai acompanhar estas situações e tentar apoiar, tendo o senhor Presidente respondido afirmativamente, acrescentando que, para já, o que ficou assente, foi que seria feito o ponto da situação da documentação para, a partir daí, se fazer uma apreciação da melhor estratégia a adotar. --

----- Relativamente ao levantamento sócio-económico das famílias das casas de Santa Rita, o Vereador Rui Espínola, perguntou o motivo pelo qual a Comissão de Moradores não está envolvida no processo de levantamento e acompanhamento destes casos, ao que o senhor Presidente respondeu que desconhecia que assim fosse, porquanto, pelo que tem conhecimento, a Comissão está envolvida no processo, sendo que até já reuniram com a mesma. -----

----- O Vereador Rui Espínola reforçou que, de acordo com a informação que lhe foi disponibilizada, a Comissão de Moradores não está a acompanhar essa situação, pelo que, no seu entender e uma vez que essas pessoas “deram a cara”, em nome de todos os moradores, seria importante estarem envolvidas. -----

----- Sobre essa questão o senhor Presidente esclareceu que, para além da reunião com a Comissão de Moradores sobre as questões do levantamento sócio-económico, foi realizada uma reunião com todos os moradores e estes foram informados de quando é que a Câmara faria o levantamento em causa, sendo que a data prevista para a Câmara terminar esse trabalho, se tudo correr devidamente, será no final deste mês. -----

----- Quanto ao Salão de Santa Luzia, o Vereador Rui Espínola referiu que, como é sabido, se trata de uma situação delicada, dada a necessidade de execução de um grande



volume de obras e questionou se a Câmara vai comparticipar nessas obras e qual foi a resposta que deu em relação ao Salão. -----

-----No caso do Salão o senhor Presidente respondeu que, no passado, foi feita uma intervenção, apoiada pela Câmara, onde se constatou uma anomalia, sendo que, aparentemente, é necessário corrigir a mesma, pelo que está a ser feito um orçamento para esse fim e enquanto não se souber qual o tipo de projeto e qual a solução adequada, terá de se aguardar até se saber o que é necessário fazer para se corrigir a situação, bem como o valor em causa. -----

-----O Vereador Rui Espínola perguntou se a Direção do Salão não tem conhecimento do montante necessário para resolver este caso, tendo o senhor Presidente respondido que a Direção não dispõe dessa informação, sendo que a Câmara é que está a fazer esse trabalho.-----

-----Relativamente à freguesia de Santa Cruz, o Vereador Rui Espínola referiu que, como estão no final de um ano de mandato e reportando-se ao centro da Praia da Vitória, a situação está pior e que no espaço de um ano, essa deterioração ainda foi mais acentuada, ou seja, houve mais lojas que fecharam e foram embora, sendo a situação do centro da Praia verdadeiramente preocupante.-----

-----Continuou reconhecendo que outras empresas vieram instalar-se no centro da Praia, como foi o caso da “Glintt”, mas isso não é o suficiente para estancar a situação. Para além disso, foram realizados os fóruns “Pensar a Cidade”, para recolher ideias, mas a realidade é que, até ao momento, não foi apresentada qualquer proposta de revitalização do centro histórico. -----

-----Prosseguiu dizendo que os Vereadores do Partido Social Democrata, dentro das suas capacidades, apresentaram duas propostas, sendo que uma delas foi aprovada e ignorada e a outra nem aprovada foi, sendo ainda que uma dessas propostas até se destinava à revitalização do centro histórico, considerando que dizia respeito ao Mercado Municipal e se propunha uma série de medidas para o revitalizar, lembrando que a proposta era datada de dezoito de dezembro de dois mil e dezassete e, cerca de um ano depois, nada foi feito nesse sentido. A outra proposta não era, propriamente, para revitalização do centro histórico, mas sim para resolver um problema de mobilidade dos habitantes do Bairro de Nossa Senhora de Fátima, tendo sido rejeitada em reunião de Câmara porquanto, aparentemente, estavam a resolver a questão do circuito do minibus, mas, no entanto e até ao momento, a situação continua exatamente igual. Assim sendo, questionou se essas medidas vão avançar e o que se pode esperar nos próximos tempos. -

-----Relativamente à avaliação feita sobre o centro histórico da Praia da Vitória, o senhor Presidente disse que, apesar de desconhecer os dados que o senhor Vereador dispõe, em qualquer cidade há empresas que fecham e outras que abrem, mas a partir do momento que existe uma única empresa, cotada em bolsa, que gerou, para já, catorze postos de trabalho, provavelmente no espaço de um ano, o facto é que existem mais empresas e postos de trabalho criados no centro histórico da Praia da Vitória, do que em comparação com o que havia anteriormente. -----

-----Prosseguiu dizendo que, provavelmente, o centro histórico é mais atraente do que verdadeiramente se julga, sendo que o problema existente é na Rua de Jesus, mas



essa é uma questão lateral. Outra questão completamente distinta é o nível de investimento existente na Cidade e esta tem sido atrativa e, como exemplo disso, bastava referir o investimento que vai ser levado a efeito, até ao final do ano, no aumento da área comercial do Modelo, no caso da remodelação do Guarita, também com um investimento bastante avultado, bem como a abertura de alguns *franchising* ao longo deste ano, na Praia da Vitória. -----

----- Quanto às propostas apresentadas nos fóruns “Pensar a Cidade”, respondeu que, no seu discurso aquando das comemorações do dia vinte de junho e no seu entender, foi bastante concreto quanto à estratégia a seguir no âmbito do resultado dos fóruns e das ideias transmitidas pela sociedade civil, bem como sobre quais seriam, também, as propostas da Câmara Municipal a acrescentar àquelas que foram levantadas pela sociedade civil e quais os prazos para a sua implementação. -----

----- O Vereador Rui Espínola referiu que não dispunha de dados em concreto porque não é Presidente da Câmara, nem Vereador executivo mas e no entanto, a informação que dispõe é baseada na sensibilidade do cidadão comum, que circula habitualmente na Rua de Jesus e constata que o estado no centro da Cidade é efetivamente mau, apesar de terem sido anunciadas uma série de medidas, mas a realidade é que a Praia não pode estar à espera para que se cumpram esses prazos para implementação de medidas. -----

----- Continuou dizendo que, apesar do senhor Presidente dizer que há mais postos de trabalho, a verdade é que, até ao momento, o que se vê é uma Cidade deserta e não é só na Rua de Jesus que isso se verifica. -----

----- O senhor Presidente esclareceu que uma Cidade não é só uma rua e que, até pelo contrário, em certas zonas da Cidade, estão a decorrer investimentos provenientes da iniciativa privada e que esta é uma questão que sempre foi admitida pela Câmara e que a mesma assume e pretende resolver o problema, mas não é o único agente na resolução do assunto. -----

----- No que se refere aos anúncios públicos, o senhor Presidente questionou se, até esta altura, houve algum prazo ou alguma questão que não tenha sido cumprida. -----

----- Proferiu ainda que, uma vez mais, a estratégia dos senhores Vereadores da oposição é uma de demissão de oposição construtiva, ou seja, estão apenas a fazer o trabalho de exigir à Câmara o cumprimento daquilo que esta se propôs fazer, porque soluções e propostas do lado da oposição, até ao momento, não foram apresentadas. -----

----- O Vereador Rui Espínola esclareceu que isso não corresponde à verdade, tendo em conta que a dezoito de dezembro de dois mil e dezassete, os Vereadores do Partido Social Democrata apresentaram uma proposta que foi aprovada por unanimidade, nesta Câmara, a qual não teve uma medida que fosse adotada, pelo que não pode ser dito que não apresentaram propostas para resolução dessa situação. Para além disso, realçou que o executivo é que venceu as eleições e, portanto, tem de pôr em prática aquilo que eram as suas propostas, enquanto que os Vereadores da oposição estão aqui para contribuir com a apresentação de ideias e propostas na devida altura e quando entendem que o devem fazer, como por exemplo aconteceu com a proposta apresentada para dinamização do Mercado Municipal, em que pouco se fez daquilo que foi proposto, à exceção da redução das taxas cobradas em cinquenta por cento, continuando tudo igual ao que acontecia há um ano atrás. -----



-----Seguidamente o Vereador Rui Espínola abordou a situação de um investidor privado que pretende adquirir um prédio em frente ao porto dos Biscoitos e com o qual, inclusivamente, o senhor Presidente já reuniu mas, no entanto, o edifício em causa apresenta alguns problemas de ilegalidade e que se aguarda a revisão do Plano Diretor Municipal – PDM, mas o facto é que o investidor em causa aguarda uma resposta da Câmara no sentido de um parecer positivo para poder avançar, ou não, com a compra do prédio e perceber as limitações do mesmo. Considerando que este investidor já enviou um email à Câmara com essas questões e aguarda resposta, questionou qual o ponto de situação desse processo.-----

-----No âmbito dessa questão o senhor Presidente respondeu que já reuniu com o investidor em causa, no local e que já se respondeu, por escrito, ao email do investidor, sendo que o mesmo pretende uma resposta que a Câmara não pode dar, porque se a pessoa em causa quer uma resposta relativamente à viabilidade de um projeto tem de, primeiro, apresentar uma proposta com o projeto, para se poder emitir um parecer. Para além de que não é só a Câmara Municipal que tem competência nessa área geográfica, a qual envolve também a Direção Regional do Ambiente e o Parque Ambiental, sendo necessário, também, explicar o que se pretende fazer mediante a apresentação de algum documento que permita fazer a alteração. -----

-----Prosseguiu explicando que é necessário apresentar esse projeto porque os dois edifícios em causa apresentam irregularidades na sua construção, as quais tem de ser corrigidas mediante a apresentação de projeto adequado, sendo que, o inicialmente apresentado constituía uma ampliação daquilo que já estava irregular o que, naturalmente, não era possível aprovar, tendo a resposta, nesse sentido, sido clara.-----

-----Referiu ainda que se respondeu, por escrito, o que era possível, ou não, ser feito, sendo necessário elaborar um projeto a fim de se poder avaliar a questão, quer do lado da Câmara, quer do lado do investidor. -----

-----O Vereador Tiago Borges perguntou porque não é possível fazer a ampliação, legalizando aquilo que já existe, tendo o senhor Presidente respondido que o que foi proposto não era possível. -----

-----Quanto ao facto de existir um email por responder, o senhor Presidente esclareceu que houve um email da Junta de Freguesia no sentido da Câmara Municipal solicitar uma determinada informação à qual um Vereador com competência delegada já respondeu, sendo que a Junta, mais uma vez, vem solicitar a mesma questão. -----

-----O Vereador Rui Espínola defendeu que não estão numa altura de desperdiçar investidores mas sim de os tratar com muito apreço mas, se a questão tem a ver com a falta de um projeto, nesse caso, será a pessoa quem terá de resolver a situação e entregar o respetivo projeto.-----

-----O senhor Presidente esclareceu que, no atual mandato, quando este assunto voltou a ser abordado, foi consultar o processo inicial e, mais uma vez, ficou confirmado que não existia um projeto físico. -----

-----Salientou ainda que, se existe Câmara que, ao nível do investimento da diáspora, tem feito um trabalho bastante exaustivo nessa matéria, é a Câmara da Praia. -----

-----O Vereador Rui Espínola perguntou se é possível uma pessoa apresentar um projeto para um edifício que não é sua propriedade, ao que o senhor Presidente



respondeu que, se a pessoa pretende fazer uma construção, poderá, pelo menos, saber da viabilidade de construção e de alteração. -----

----- O Vereador Rui Espínola questionou para quando se prevê a conclusão da questão do PDM, tendo o senhor Presidente respondido que estão a aguardar uma resposta da Direção Regional dos Assuntos do Mar. -----

----- No que se refere ao PDM, o Vereador Tiago Borges disse que, na antiga versão do mesmo, relativa a uma zona de expansão na estrada que liga a zona da Boavista até à rotunda da Casa da Ribeira e considerando que essa é uma zona agrícola onde era possível ser considerada uma zona de expansão, questionou se isso é para se manter ou se é para alterar e deixar de ser reserva agrícola, tendo o senhor Presidente respondido que uma parte se vai manter e outra é que é alterada e fica urbanizada. -----

----- Relativamente à construção de balneários na zona da Fonte das Pombas, na freguesia dos Biscoitos, o Vereador Rui Espínola disse que, parece que o senhor Presidente se comprometeu, na reunião com a Junta de Freguesia dos Biscoitos, com essa construção para o próximo ano e, posteriormente, veio dizer que, afinal, já não podia ser para o próximo ano, questionando o que aconteceu com esta situação, tendo o senhor Presidente esclarecido que, o que foi dito nessa altura se mantém, ou seja, que nunca foi assumido qualquer compromisso de execução da obra para o próximo ano. ----

----- Sobre a sinalética dos balneários do campo de jogos das Lajes, o Vereador Rui Espínola perguntou o que aconteceu à mesma, ao que o senhor Presidente respondeu que essa é uma questão que está controvertida com o empreiteiro, ou seja, é uma obrigação do empreiteiro cujo cumprimento lhe está a ser exigido, considerando que não está a corresponder com aquilo que era sua obrigação e com aquilo que estava contratualizado no caderno de encargos. -----

----- O Vereador Rui Espínola perguntou porque motivo foi retirada a sinalética passado pouco tempo após a inauguração dessa obra, ao que o senhor Presidente respondeu que, na inauguração, o empreiteiro colocou uma sinalética provisória porque ainda não tinha chegado a definitiva e, aparentemente, ainda não conseguiu colocar a definitiva, sendo que a Câmara já notificou o empreiteiro sobre esta e outras questões referentes aos balneários do campo de jogos das Lajes. -----

----- O Vereador Rui Espínola questionou quais são as outras questões pendentes sobre os balneários das Lajes, tendo o senhor Presidente respondido que a outra questão pendente é relativa à sala de tratamentos de saúde para a qual é necessário um determinado equipamento, sendo que o que foi lá colocado é provisório, pelo que é necessário colocar o definitivo. -----

----- O Vereador Rui Espínola perguntou qual a previsão para resolução da sinalética, tendo o senhor Presidente respondido que o empreiteiro já foi notificado, pelo que se aguarda que o mesmo resolva rapidamente a situação. -----

----- De seguida o Vereador Rui Espínola abordou uma questão respeitante a notas de imprensa que recebeu sobre duas inaugurações, designadamente: uma referente à zona de lazer na freguesia dos Biscoitos e outra a um moinho na freguesia da Agualva, sendo que estas duas inaugurações foram de obras das respetivas Juntas de Freguesia, as quais



reuniram os apoios necessários e levaram a efeito as respetivas obras. No entanto, as notas de imprensa quase transmitem a ideia de que as obras são camarárias como, por exemplo, no caso da freguesia dos Biscoitos, em que um particular, em colaboração com a Junta de Freguesia, decidiu contribuir para que se pudesse fazer uma obra naquela Freguesia, tendo a Câmara contribuído dentro dos possíveis mas, porém, na nota de imprensa, nunca se menciona que é uma obra da Junta de Freguesia dos Biscoitos e, inclusive, até se diz que já tinha passado o prazo no âmbito do Regulamento de Apoio às Freguesias e que foi feita uma exceção. -----

-----No que concerne à segunda nota de imprensa, referente à freguesia da Agualva, é exatamente no mesmo sentido, no entanto aquela obra é da responsabilidade da Junta de Freguesia, vinda já do anterior executivo e tendo sido concluída com este executivo. -

-----Continuou dizendo que a obra em causa teve o apoio da GRATER e a Câmara participou com o valor do IVA, à semelhança do que acontece com todas as obras das Juntas de Freguesia candidatas à GRATER, mas, na nota de imprensa, o que transparece é que a Câmara é que fez a obra. Na sua opinião, isto é desrespeitoso para o trabalho desenvolvido pelas Juntas de Freguesia e, mais uma vez, foi desvalorizado o papel das mesmas e o seu trabalho, que é muito importante na Freguesia, sendo que esta Câmara Municipal não entende as Juntas de Freguesia do Concelho como um parceiro estratégico no desenvolvimento do Concelho.-----

-----Relativamente a esta temática o senhor Presidente disse que não sabe o que é que indignou o Vereador Rui Espínola mas, apesar de desconhecer em detalhe os textos das notas de imprensa, acompanha as que vão sendo publicadas e, se são muitas ou poucas, são aquelas que retratam o trabalho da Câmara.-----

-----Continuou esclarecendo que o Gabinete de Comunicação da Câmara Municipal faz e cobre a parte da Câmara Municipal, bem como das entidades em que a Câmara participa, até porque o Presidente da Câmara é também o Presidente da GRATER mas quando, por exemplo, vem um elemento do Governo Regional participar numa iniciativa da Câmara Municipal, o Gabinete de Comunicação do Governo Regional cobre a intervenção do membro do Governo, não fazendo referência muitas vezes à parte do Presidente da Câmara. -----

-----Esclareceu ainda que a Câmara Municipal não faz assessoria jurídica às Juntas de Freguesia, mas também não foi solicitado qualquer tipo de trabalho nessa matéria, porquanto, caso assim fosse, teria sido prestado apoio nesse âmbito.-----

-----Quanto à obra dos moinhos da Agualva, clarificou que ainda não foi pago o valor do IVA, porque a obra ainda não tinha sido candidata pela Junta de Freguesia.---

-----Salientou também que, no caso da obra da freguesia dos Biscoitos e aquando do discurso de inauguração, fez questão de frisar a iniciativa meritória de um cidadão que deu um apoio à Junta de Freguesia dos Biscoitos, para a realização de uma obra que, apesar da Junta de Freguesia não ter candidatado ao Regulamento de Apoios, certamente por desconhecimento de que poderia receber o apoio, a Câmara não deixou de, excecionalmente, deliberar a atribuição de um apoio em materiais de construção para aquela obra. -----

-----Concluiu dizendo que a Câmara está disponível para colaborar com as Juntas de Freguesia, caso seja necessário.-----



----- O Vereador Rui Espínola questionou se é normal o senhor Presidente ir a uma inauguração de uma obra de uma Junta de Freguesia e na nota de imprensa nunca referir que aquela obra é da Junta de Freguesia e mesmo sendo este um pormenor de menor importância, seria uma oportunidade para o senhor Presidente, em qualquer Freguesia do Concelho, valorizar as pessoas que fazem parte das Juntas de Freguesia. -----

----- O Senhor Presidente respondeu que o trabalho das pessoas que fazem parte das Juntas de Freguesia não foi desvalorizado, porquanto em ambas as intervenções, quer na inauguração da freguesia dos Biscoitos, quer na da freguesia da Agualva, foi devidamente valorizado o papel e o trabalho de cada Junta de Freguesia, das respetivas equipas e até de todas as Assembleias de Freguesia. Para além disso, foram tão valorizadas as Juntas de Freguesia como os cidadãos, os quais foram, aliás, mais valorizados pelo Presidente da Câmara do que pelos respetivos Presidentes de Junta, ou seja, a pessoa que fez a doação à Junta de Freguesia dos Biscoitos, sendo que, no caso da freguesia da Agualva, o Presidente da Junta nem se lembrou de agradecer à pessoa que havia doado, a título gratuito, o terreno onde se encontram aqueles moinhos, mas o Presidente da Câmara fez essa referência. -----

----- O Vereador Rui Espínola esclareceu que o que está em causa não são os discursos mas sim as notas de imprensa, sendo que nestas é que transparece tratar-se de uma obra camarária, o que no seu entender é desadequado. -----

----- O senhor Presidente clarificou que, em parte alguma da nota de imprensa se refere que a obra é da Câmara Municipal, sendo que a mesma não necessita, muito menos no que se refere à intervenção feita na freguesia dos Biscoitos, de assumir como sua, uma obra daquela ordem de grandeza. -----

----- Referiu ainda que o tratamento da comunicação da Câmara Municipal é gerido mediante as posições dos membros do seu executivo e caso haja uma solicitação de qualquer tipo de intervenção ou de apoio, por parte de alguma Junta de Freguesia, que a Câmara possa corresponder, assim o fará, inclusivamente como aconteceu com a Junta de Freguesia da Agualva em que, quando terminou a cerimónia de inauguração e como detetou algumas situações que estavam menos bem, dirigiu-se ao senhor Presidente da Junta de Freguesia e perguntou se essas questões estavam a ser tratadas, tendo o mesmo respondido afirmativamente, pelo que não se pode dizer que não houve disponibilidade por parte da Câmara Municipal. -----

----- Por fim o senhor Presidente entregou a resposta ao requerimento, dos Vereadores do Partido Social Democrata, relativamente às Festas da Praia 2018. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- A Câmara tomou conhecimento dos seguintes documentos: -----



-----Listagem de licenciamentos de obras particulares devidamente concluídos, a qual faz parte integrante desta ata.-----

----- (01/22) JUSTIFICAÇÃO DE FALTA E PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA VEREADORA RAQUEL LEMOS BORGES:-----

-----Requerimento datado de 17 de outubro em curso, de Raquel Lemos Borges, comunicando que, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, não pode estar presente na reunião do dia 22 de outubro de 2018, pelo que será substituída, conforme determina o nº 1 daquele preceito legal, em conjugação com o disposto no artigo 79º, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- (02/22) JUSTIFICAÇÃO DE FALTA E PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA VEREADORA PAULA CRISTINA PEREIRA DE AZEVEDO PAMPLONA RAMOS:-----

-----Requerimento datado de 18 de outubro corrente, de Paula Cristina Pereira de Azevedo Pamplona Ramos, comunicando que, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, não pode estar presente na reunião do dia 22 de outubro de 2018, pelo que será substituída, conforme determina o nº 1 daquele preceito legal, em conjugação com o disposto no artigo 79º, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista. -- -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- (03/22) JUSTIFICAÇÃO DE FALTA E PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA VEREADORA CLÁUDIA FAGUNDES MARTINS: -----

-----Requerimento datado de 18 de outubro em curso, de Cláudia Fagundes Martins, comunicando que, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, não pode estar presente na reunião do dia 22 de outubro de 2018, pelo que será substituída, conforme determina o nº 1 daquele preceito legal, em conjugação com o disposto no artigo 79º, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- (04/22) TIBÉRIO MANUEL FARIA DINIS – COMUNICAÇÃO DE FÉRIAS:-----



-----Requerimento datado de 8 de outubro em curso, de Tibério Manuel Faria Dinis, Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, comunicando o gozo de 1 dia de férias, no dia 8 de outubro de 2018. -----

----- **A Câmara tomou conhecimento.** -----

----- (05/22) REGULAMENTO DA QUALIDADE DE SERVIÇO DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA - RELATÓRIO DA QUALIDADE DE SERVIÇOS – 1º SEMESTRE DE 2018: -----

-----Presente, para efeitos de conhecimento em reunião de Câmara Municipal e Sessão Ordinária da próxima Assembleia Municipal, o Relatório da Qualidade de Serviços, referente ao 1º semestre de 2018, o qual faz parte integrante desta ata e cuja Ata da equipa de Avaliação é do seguinte teor: -----

-----“Aos vinte e sete dias do mês de setembro de 2018 e no âmbito dos números 1 e 2 do artigo 27º do Regulamento da Qualidade de Serviço do Município da Praia da Vitória, reuniu a equipa de Avaliação, composta pelos seguintes elementos: Anabela Leal, Rui Azevedo, responsável pelas Obras Particulares, Elisabete Costa, responsável pelas Taxas e Licenças e Vanda Bettencourt, delegada da Praia Ambiente EM. -----

----- A reunião teve por agenda o seguinte ponto: -----

----- Ponto 1, preparação do relatório do 1º semestre de 2018; -----

-----No ponto 1, deu-se a apresentação dos relatórios individuais, feita pelos coordenadores das respetivas Secções/Setores que ficarão como anexos à presente ata, verificando-se que não foi registado qualquer desvio em relação aos indicadores apresentados no já mencionado Regulamento. A equipa procedeu à elaboração de um relatório final, de forma a sintetizar e a agrupar num único documento os dados apresentados, cujo teor será apenso a esta ata.” -----

----- **A Câmara tomou conhecimento e submeteu à Assembleia Municipal para o mesmo efeito.** -----

----- (06/22) PROPOSTA DE ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA NO BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO: -----

-----Proposta n.º I-CMPV/2018/1402, datada de 16 de outubro em curso, do Vereador com competência delegada, Dr. Tiago Ormonde, do seguinte teor: -----

-----“Relativamente à contratação do empréstimo até €795.954,78 (setecentos e noventa e cinco mil, novecentos e cinquenta e quatro euros e setenta e oito cêntimos) destinado a financiar os seguintes investimentos: -----

----- a) Plano Integrado de Regeneração Urbana Sustentável - €97.133,51 (noventa e sete mil, cento e trinta e três euros e cinquenta e um cêntimos); -----

----- b) Parque Empresarial das Lajes - €601.143,43 (seiscentos e um mil, cento e quarenta e três euros e quarenta e três cêntimos); -----

----- c) Eixo Pedonal e Ciclovia - €97.677,84 (noventa e sete mil, seiscentos e setenta e sete euros e oitenta e quatro cêntimos). -----



-----Foi deliberado pela Câmara Municipal a 13-08-2018 e pela Assembleia Municipal a 21-09-2018 concordar com a contração do empréstimo no Banco Português de Investimento.-----

-----Considerando que o Município não dispõe de conta bancária na referida instituição e considerando que, de acordo com o ponto 2.9.10.1.2, a abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, propõe-se à Câmara Municipal que delibere no sentido de concordar com a abertura de conta bancária no Banco Português de Investimento, titulada pela autarquia e movimentada simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro deste órgão em quem ele delegue.”-----

----- **A Câmara deliberou, por maioria, aprovar a proposta em apreço.** -----

----- **Os Vereadores Rui Espínola e Tiago Borges abstiveram-se.** -----

----- (07/22) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO NO VALOR DE 15.150,00€ À ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE AUTOMÓVEIS LIGEIRAS (APALIT) – CANCELAMENTO DE LICENÇAS DE ALUGUER NO CONCELHO DA PRAIA DA VITÓRIA: -----

-----Proposta n.º I-CMPV/2018/1393, datada de 15 de outubro corrente, do Sr. Presidente da Câmara Municipal, do seguinte teor:-----

-----“A Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 13/2001/A, de 19 de Junho, recomenda ao Governo Regional a adoção de medidas com vista à reestruturação do sector dos transportes de passageiros em automóveis ligeiros, entre as quais se inclui a redução das licenças existentes em cada ilha na percentagem considerada necessária, através da concessão de reformas antecipadas, da reconversão profissional ou indemnizações adequadas, a cada taxista que pretenda voluntariamente deixar de exercer esta atividade.-----

----- A aplicação da referida Resolução consubstanciou-se, mediante deliberação da Câmara Municipal da Praia da Vitória, datada de 12 de Novembro de 2003, na celebração de um protocolo, em 22 de Junho de 2004, entre a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, a Câmara Municipal da Praia da Vitória e a Associação de Profissionais de Automóveis Ligeiros (APALIT).-----

-----No entanto, mantém-se a necessidade de reduzir o atual contingente de táxis, atendendo ao facto de que a atividade dos automóveis ligeiros de passageiros sofreu algum desequilíbrio, devido ao aumento considerável da frota particular, ao aparecimento e operação de numerosas empresas e automóveis de aluguer sem condutor.-----

-----Daí que a APALIT tem vindo a abordar o Município no sentido de ser encontrada uma solução que permita atenuar a grave situação em que se encontra o sector, nomeadamente, porque após contactos institucionais recebeu como resposta que a única entidade disponível para cooperar financeiramente na implementação de qualquer solução seria o Município da Praia da Vitória.-----

-----A prática de anos transatos demonstrou que a solução mais viável para responder à crise de rentabilidade do sector é o cancelamento de licenças de aluguer, pelo que



alguns associados e a APALIT chegaram a um acordo com vista ao cancelamento de licenças.-----

----- Assim e considerando que compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio a atividades natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças (alínea u), do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que o executivo municipal delibere: -----

----- a) Atribuir um apoio de 15.150,00€ (quinze mil cento e cinquenta euros) à Associação de Profissionais de Automóveis Ligeiros (APALIT), com vista a implementar as medidas acordadas que contribuirão para melhorar substancialmente os rendimentos neste sector, durante o 2º semestre de 2018; -----

----- b) Que o apoio a conceder seja liquidado até ao dia 31 de dezembro de 2018, após outorga do respetivo contrato programa.”-----

----- Relativamente a este ponto o senhor Presidente esclareceu que o montante em causa corresponde ao valor de uma licença que deixa de existir no corrente ano, no âmbito de um protocolo celebrado, há vários anos, com a APALIT que visa a redução das licenças e do número de táxis no concelho da Praia da Vitória.-----

----- O Vereador Rui Espínola referiu que esta medida resulta de uma resolução da Assembleia, datada de dois mil e um, que envolve a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, a Câmara Municipal e a APALIT, sendo que a Câmara Municipal é que está a assumir os custos dessa resolução, questionando porque motivo a Secretaria Regional não comparticipa este apoio, tendo o senhor Presidente respondido que isso acontece porque a Câmara é que gere as licenças. -----

----- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em causa.** -----

----- (08/22) RENOVAÇÃO DAS BOLSAS DE ESTUDO PARA O ANO LETIVO DE 2018/2019 – SEGUNDA ATA DA COMISSÃO DE ANÁLISE: -----

----- Presente a segunda Ata da Comissão de Análise das candidaturas para renovação das bolsas de estudo para o ano letivo de 2018/2019, datada de 15 de outubro corrente, do seguinte teor: -----

----- “Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, pelas dez horas, no edifício da Câmara Municipal, sito à Rua do Cruzeiro, reuniu a Comissão de Análise das candidaturas nomeada por despacho do Exmº Senhor Presidente da Câmara, para análise das renovações das bolsas de estudo. -----

----- A Comissão é composta pela responsável pelo Serviço de Recursos Humanos e Qualidade, Anabela Gomes Vitorino Leal, pela Técnica Superior, Ana Catarina Leal Aguiar e pela Assistente Técnica, Maria Hortênsia Meneses Martins.-----

----- De acordo com o artigo 11º do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, as bolsas concedidas nos termos deste Regulamento serão anualmente renováveis, pelo mesmo montante, até à conclusão do respetivo curso, mediante requerimento do bolseiro, desde que as condições de atribuição se mantenham. -----



----- Neste sentido, foi solicitado aos bolseiros do ano transato para fazerem prova de que continuam a reunir condições para usufruir da bolsa de estudo da Câmara Municipal da Praia da Vitória. -----

----- Os bolseiros **Bruno Alexandre Mendonça Carvalho, Josué Miguel Parreira Vieira, Oriana Carolina Lima Sousa, Inês Mendonça Pereira e Inês Isabel Pacheco Lopes** não entregaram o comprovativo de matrícula na data prevista, pelo que a Comissão concedeu o prazo de 12 de outubro para procederem à entrega dos documentos em falta sob pena de, não o fazendo, serem excluídos. -----

----- A bolseira **Inês Mendonça Pereira** informou a Comissão de que já tinha terminado o curso, pelo que deixa de ser bolseira. -----

----- A bolseira **Inês Isabel Pacheco Borges** informou a Comissão de que não se matriculou no presente ano letivo, pelo que perde o direito à bolsa. -----

----- Os bolseiros **Bruno Alexandre Mendonça Carvalho e Josué Miguel Parreira Vieira** declararam que mantinham as condições de atribuição da bolsa de estudo, tendo os mesmos comprovadamente transitado de ano, pelo que a Comissão propõe a renovação automática conforme estipula o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo, ficando os bolseiros a receber anualmente conforme valores previsto no quadro anexo. -----

----- A bolseira **Oriana Carolina Lima Sousa**, apresentou a documentação solicitada, no entanto, a Comissão aquando da atribuição da bolsa de estudo apenas considerou um ano de Mestrado, tendo-se confirmado que são dois anos. Assim sendo, é necessário efetuar-se um reforço da verba, de acordo com o quadro anexo.” -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a presente Ata da Comissão de Análise das candidaturas para renovação das bolsas de estudo para o ano letivo de 2018/2019. -----

----- (09/22) RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO RADIOLÓGICA NA ILHA TERCEIRA, REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - DIREÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE: -----

----- Presente, para efeitos de conhecimento em reunião camarária, o Relatório LPSR-C, N° 25/2018, relativo à Monitorização Radiológica na Ilha Terceira, Região Autónoma dos Açores, elaborado pelo Polo de Loures do Laboratório de Proteção e Segurança Radiológica do Instituto Superior Técnico de Lisboa, e remetido pela Direção Regional do Ambiente. -----

----- Quanto a este ponto o senhor Presidente explicou que este Relatório foi elaborado na sequência de um primeiro, que já havia sido produzido, bem como de denúncias feitas, o que acabou por ser uma questão pública e mediática, no entanto, este é o único Relatório que existe na ilha Terceira, ou seja, não existe outro estudo ou trabalho científico e técnico de investigação sobre esta matéria. -----

----- O Vereador Rui Espínola referiu que este Relatório apresenta, mais ou menos, a mesma situação do Relatório do LNEC, apresentado há uns dias atrás, ou seja, que a ciência não é imutável e, portanto, o que está agora concluído, pode, daqui a uns tempos, não ser exatamente verdade, porquanto o mesmo aponta que: “Os valores



vestigiais de Cs-137 estão normalmente associados ao resultado da deposição atmosférica devido aos testes nucleares e aos acidentes de Chernobyl em 1986 (16) e de Fukushima em 2011 (17)”, ou seja, estão normalmente associados, sendo um facto que quem elaborou o Relatório tem o cuidado de arranjar uma justificação que resolva o problema.-----

-----Referiu ainda que é um facto que, à exceção do Algar do Carvão, a radioatividade não é, assim, de origem tão natural, pois advém da pressão atmosférica provocada pelos testes nucleares, o que contraria também alguns que defendiam que estava em causa uma radiação totalmente natural.-----

-----O senhor Presidente esclareceu que isso surgiu porque havia uma máquina a detetar radioatividade em todos os sítios, mas o que está em causa é uma questão que tanto acontece na ilha Terceira, como em todo o mundo.-----

----- **A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----Todos os documentos relacionados com os pontos da ordem do dia, encontram-se no edifício da Câmara Municipal da Praia da Vitória, sito na Rua do Cruzeiro, à disposição para as consultas tidas por convenientes.-----

-----**APROVAÇÃO DA ATA:** A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata em causa, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----**ENCERRAMENTO:** Não havendo outros assuntos a tratar, nesta reunião, o Exmo. Presidente declarou encerrada a ordem de trabalhos eram dezanove horas e trinta minutos, pelo que de tudo para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Exm.º Senhor Presidente e pela Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica.-----

Ass: _____

Ass: _____